

AS DAMAS DA NOITE E OS ESPELHOS DA MORAL: HIPOCRISIA E MARGINALIDADE NA MANAUS DA BELLE ÉPOQUE

THE LADIES OF THE NIGHT AND THE MIRRORS OF MORALITY: HYPOCRISY AND MARGINALITY IN BELLE ÉPOQUE MANAUS

Clodoaldo Matias da Silva¹

RESUMO: A pesquisa investiga as representações sociais e simbólicas das meretrizes na Manaus da Belle Époque, compreendendo a prostituição como expressão das ambiguidades morais e das hierarquias patriarcais que sustentaram a modernidade tropical. O estudo tem como objetivo analisar de que modo as “damas da noite” revelam as contradições entre civilização e exclusão, considerando a cidade como espaço de disputa entre poder, desejo e disciplina. Utiliza abordagem histórico-cultural e metodologia qualitativa, fundamentada em análise bibliográfica e documental, que articula o exame de discursos morais, práticas urbanas e permanências simbólicas inscritas na paisagem da capital amazônica. A investigação interpreta a cidade como texto social, no qual as ruínas e memórias da prostituição emergem como testemunhos vivos das desigualdades estruturais que persistem na contemporaneidade. Os resultados apontam que a hipocrisia moral e o disciplinamento dos corpos femininos transformaram a urbanidade manauara em espetáculo burguês, mas também em território de resistências silenciosas. Conclui-se que as narrativas sobre as meretrizes ultrapassam o campo da marginalidade e compõem parte essencial da história e da identidade de Manaus, revelando que as fronteiras entre o público e o proibido, o belo e o degradado, continuam a definir o imaginário urbano amazônico.

1672

Palavras-chave: Amazônia. Belle Époque. Gênero. Moralidade. Prostituição.

ABSTRACT: This research investigates the social and symbolic representations of prostitutes in Belle Époque Manaus, understanding prostitution as an expression of moral ambiguities and patriarchal hierarchies sustaining tropical modernity. The study aims to analyse how the “ladies of the night” reveal contradictions between civilisation and exclusion, considering the city as a space of dispute among power, desire, and discipline. It adopts a historical-cultural approach and qualitative methodology, grounded in bibliographical and documentary analysis that articulates moral discourses, urban practices, and symbolic traces inscribed in the landscape of the Amazonian capital. The research interprets the city as a social text in which ruins and memories of prostitution emerge as living testimonies of structural inequalities persisting in the present. The results indicate that moral hypocrisy and the disciplining of female bodies transformed Manaus’s urbanity into a bourgeois spectacle but also into a territory of silent resistance. It concludes that the narratives surrounding prostitutes go beyond marginality and form an essential part of Manaus’s history and identity, revealing that the boundaries between the public and the forbidden, the beautiful and the decayed, continue to shape the Amazonian urban imagination.

Keywords: Amazon. Belle Époque. Gender. Morality. Prostitution.

¹Mestrando em História pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Especialista em Ensino de Filosofia, Sociologia e História; Neuropsicopedagogia e Psicanálise Clínica; Psicanálise, Psicoterapia e Psicopatologia do Adolescente; e, Cultura Indígena e Afro-brasileira pela Faculdade do Leste Mineiro - FACULESTE. Graduado em Geografia pelo Centro Universitário do Norte - UNINORTE. Membro do Núcleo de Produção Científica e Editoração do Curso de Direito da UEA - NEDIR/UEA. Editor Assistente da Equidade: Revista Eletrônica de Direito da UEA. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3923-8839>.

INTRODUÇÃO

A prostituição feminina na Manaus da Belle Époque constitui uma lente privilegiada para compreender as tensões entre civilização e marginalidade, moral e desejo, progresso e exclusão. Este artigo, intitulado “As Damas da Noite e os Espelhos da Moral: Hipocrisia e Marginalidade na Manaus da Belle Époque”, tem por objetivo analisar como as representações sociais e discursivas sobre as meretrizes revelam as contradições morais e a hipocrisia das elites urbanas do período. A questão que orienta o estudo é: De que modo as “damas da noite” refletem, nos espelhos da moralidade burguesa, as ambiguidades e exclusões de uma cidade que se pretendia moderna e civilizada, mas mantinha estruturas profundamente desiguais e patriarcais?

Além disso, a escolha do tema justifica-se pela necessidade de revisitar a história da modernidade amazônica sob o olhar da cultura e do corpo feminino marginalizado. A investigação se insere num contexto de reinterpretação das cidades tropicais, nas quais o discurso do progresso encobriu a violência simbólica exercida sobre as mulheres que habitavam as margens. A relevância social está em dar visibilidade a vozes silenciadas e compreender como as relações de gênero foram moldadas pelas forças econômicas e morais do capital. A relevância acadêmica, por sua vez, reside na contribuição à história cultural urbana da Amazônia, enquanto a relevância histórica e jurídica emerge ao discutir a prostituição como espaço de controle moral e dispositivo de poder institucional.

1673

Nessa perspectiva, compreender as “damas da noite” é compreender também a própria cidade que as produziu. As representações da prostituição dialogam com o imaginário da Belle Époque manauara, marcada pelo luxo dos teatros e pelo brilho das avenidas, mas também pela pobreza invisibilizada nos cortiços e nos becos. As práticas de exclusão revelam uma hipocrisia social sustentada pelo desejo de europeização e pela necessidade de preservar as aparências de uma civilização tropical. O espaço urbano, nesse contexto, é entendido como palco de disputas simbólicas, onde as fronteiras entre o público e o privado, o moral e o transgressor, se tornavam instáveis e permeáveis.

Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa e interpretativa, fundamentada na análise histórico-cultural das representações. São utilizadas fontes documentais, literárias e jornalísticas, bem como registros visuais e memórias urbanas, interpretadas à luz da história cultural e da geografia do poder. O artigo combina procedimentos da história urbana com a análise simbólica do espaço, considerando o corpo

feminino como território de resistência e de significação social. Essa opção metodológica permite compreender a prostituição não como desvio, mas como reflexo de uma sociedade que projetou seus próprios medos e desejos sobre o corpo das mulheres.

O artigo organiza-se em quatro seções. A primeira, intitulada A formação urbana e simbólica de Manaus na Belle Époque, analisa as transformações urbanas e o discurso do progresso. A segunda, Modernidade, moralidade e hipocrisia: a cidade como espetáculo burguês, discute a construção simbólica da ordem e seus dispositivos de controle. A terceira, As damas da noite: representações, exclusões e resistências femininas, aborda as experiências e estratégias das prostitutas na cidade. A quarta, Memória, ruína e permanência simbólica: o eco das margens no presente, reflete sobre a herança cultural e memorial dessas mulheres. O texto encerra-se com a Conclusão e as Referências, que consolidam o diálogo com a produção científica e documental.

Por conseguinte, a contribuição deste artigo está em propor uma leitura humanizada e crítica da prostituição na Manaus da Belle Époque, articulando corpo, cidade e moral como dimensões interdependentes da experiência moderna. A pesquisa insere-se nos debates sobre cultura, poder e espaço, revelando que a história urbana da Amazônia não se limita à monumentalidade de seus edifícios, mas se estende à memória viva de suas mulheres esquecidas. Assim, o estudo propõe reescrever o passado não a partir do brilho das elites, mas dos reflexos que permanecem nas sombras da cidade.

1674

A formação urbana e simbólica de Manaus na Belle Époque

A Belle Époque amazônica não foi apenas um período de esplendor econômico, mas uma encenação de modernidade em meio à floresta, a cidade de Manaus, conforme se reinventava no ciclo da borracha, tornava-se vitrine do progresso tropical, onde a arquitetura importada se sobrepunha às memórias de barro e madeira. O nascimento dessa cidade moderna, registrado por Corrêa (1966), expressava uma tentativa de disciplinar o espaço e seus habitantes, convertendo a paisagem em espetáculo da civilização, nessa estética do urbano, o luxo era linguagem política e o mármore, metáfora da dominação.

Os planos de urbanização implicavam mais que obras: eram discursos. Na leitura de Pinheiro (1999), o porto simbolizava o coração pulsante dessa nova ordem, onde o trabalho braçal sustentava o fausto das elites exportadoras. Sob o brilho das fachadas, o cotidiano operário denunciava o preço humano da modernidade. O porto não apenas movimentava

mercadorias, mas significados - nele desembarcavam valores morais e estéticos que reorganizavam o corpo da cidade e a alma de seus cidadãos. Essa tensão entre o visível e o oculto definia a textura simbólica de Manaus.

Com o avanço das reformas, o espaço urbano passou a encenar a própria ideia de civilidade, as crônicas e memórias evocadas por Bragas (1975) e Péres (2002) revelam uma cidade feita de contrastes: o esplendor dos teatros convivia com a precariedade das margens, e o perfume europeu com o odor das ruas enlameadas. Essa convivência entre o sublime e o grotesco tornava o espaço uma síntese de opostos, a elite desejava importar Paris, mas a cidade insistia em permanecer amazônica, contraditória, viva.

A narrativa urbana, contudo, não se restringia ao material, sob o olhar da geografia crítica, o espaço da cidade convertia-se em instrumento de poder. Milton Santos (1994) afirma que a urbanização é produto de relações sociais e não mero efeito do capital, e em Manaus essa lógica se tornava explícita. A técnica, o tempo e a emoção (Santos, 2008) fundiam-se para produzir uma geografia da desigualdade, em que as praças iluminadas simbolizavam o controle da visibilidade e as zonas periféricas, o silêncio imposto pela ordem.

De igual modo, Haesbaert (2004) destaca que os territórios da cidade moderna são múltiplos e tensionados, em Manaus, essa multiterritorialidade assumia a forma de fronteiras invisíveis entre o centro burguês e o submundo das ribeiras. A elite se movia entre cafés e avenidas, enquanto os corpos femininos marginalizados habitavam becos e portos - territórios simbólicos de exclusão e desejo. A urbanidade amazônica, assim, foi tecida por fronteiras de pertencimento e rejeição, onde o progresso se afirmava pela negação do outro.

Sob o viés do poder espacial, Raffestin (1993) interpreta o espaço como linguagem e instrumento de dominação, na Manaus da Belle Époque, a cidade era um texto político escrito pela elite e lido de forma desigual pelos sujeitos subalternos. As ruas, os prédios e até os jardins configuravam discursos de controle, projetando o ideal de civilidade sobre corpos mestiços e marginalizados, cada pedra assentada no chão da capital tornava-se símbolo de uma hierarquia social que se pretendia eterna.

No horizonte marxista, Castells (1977) observa que a questão urbana traduz a estrutura de dominação do capitalismo. Manaus, nesse contexto, não fugia à regra: a urbanização era a face visível da acumulação desigual e da apropriação simbólica do território. O espaço construído transformava-se em arena de disputa entre classes, onde o direito de habitar e

circular refletia o lugar social dos indivíduos, a modernidade, sob esse prisma, não era um avanço coletivo, mas um privilégio geográfico.

A análise de Corrêa (1966) e Pinheiro (1999) reforça que o nascimento da cidade não se deu apenas em termos econômicos, mas também como invenção discursiva. O discurso da modernização criou uma memória seletiva, apagando vozes dissonantes em nome da harmonia urbana. As reformas urbanas, descritas por Péres (2002), buscavam construir não apenas ruas e prédios, mas também subjetividades disciplinadas. Nesse cenário, a cidade era moldada como vitrine, e o cidadão, como espectador do próprio espetáculo.

Em consequência, a Belle Époque manauara consolidou um modelo urbano sustentado pela estética da ordem e pela ética da exclusão. A modernidade, traduzida em vitrais e boulevards, convivia com o desalento das ruas periféricas, onde o barro permanecia como lembrança da terra-mãe. Essa dualidade entre o visível e o invisível estruturava o imaginário coletivo da cidade, o progresso se afirmava pela negação da desordem, e o belo, pela domesticação da diferença.

Dessa forma, compreender a formação urbana e simbólica de Manaus implica adentrar as contradições de uma cidade que sonhava com Paris, mas respirava Amazônia. A modernidade tropical, encenada nos palcos do Teatro Amazonas e nos reflexos dos espelhos burgueses, escondia sob suas cortinas o submundo das ruas e das mulheres que nelas sobreviviam. É nesse cenário de contrastes que se insere a próxima seção, dedicada a discutir as relações entre moralidade, espetáculo e hipocrisia na cidade que fez da prostituição um espelho incômodo da civilização.

1676

Modernidade, moralidade e hipocrisia: a cidade como espetáculo burguês

A modernidade manauara não nasceu do acaso, mas de uma engenharia simbólica erguida sobre corpos e silêncios, nesse prisma, a cidade, ao reinventar-se no apogeu da borracha, tornou-se palco da estética burguesa que convertia o espaço urbano em espetáculo de poder. O projeto civilizatório, como sugere Pesavento (2001), impôs-se como ficção coletiva, onde o brilho das vitrines escondia o cheiro das velas, onde, o discurso moral, travestido de higienização, buscava purificar o corpo social.

Essa construção da moralidade pública era sustentada por estratégias visuais e normativas que disciplinavam o olhar e o comportamento. O progresso, segundo Harvey (2011), opera pela estetização da dominação, produzindo cidades que performam o capital como

virtude. Em Manaus, o mármore europeu tornava-se catecismo urbano, nesse contexto, a elite, seduzida pela promessa de civilização, transformava a cidade em vitrine tropical, enquanto as margens permaneciam intocadas pela modernidade que as negava.

A moral burguesa, nessa perspectiva, não visava apenas ordenar os espaços, mas também controlar os corpos, em sua obra, Lefebvre (1974) compreende o urbano como produção social, onde o espaço se torna instrumento de poder e exclusão. Em Manaus, a rua e o prostíbulo eram geografias de um mesmo conflito simbólico, onde, as prostitutas, vistas como ameaça à moral pública, tornavam-se espelhos incômodos da hipocrisia dominante, onde a pureza era apenas uma máscara conveniente.

Ademais, o disciplinamento da cidade manifestava-se nas políticas de higienização, que traduziam moral em técnica e controle em virtude, conforme Aguiar (2002), as praças, os colégios e os cinemas da Belle Époque funcionavam como altares da moralidade tropical. O gesto de ordenar os espaços era também o de silenciar os indesejáveis, nesse cenário, a arquitetura, convertida em catecismo civilizatório, desenhava fronteiras entre o visível e o reprimido.

A retórica da civilização, todavia, convivia com a miséria encoberta pelos jornais e relatórios públicos, Santos (2020) observa que a modernidade amazônica se ergueu sobre contradições fundacionais, onde o luxo coexistia com o abandono. O discurso burguês, ao moralizar o corpo feminino, tornava o erotismo um pecado público e uma necessidade privada. Nesse duplo registro, a cidade projetava suas neuroses coloniais sobre as “damas da noite” (grifo nosso), transformando-as em metáforas do desejo interdito.

De igual modo, Santos Júnior (2019) evidencia que a prostituição, longe de ser marginal, foi estruturante da própria modernidade urbana manauara. A cidade performava sua civilidade enquanto reprimia a carne que a sustentava. O discurso médico e policial, herdado do positivismo, fabricava diagnósticos morais para justificar exclusões, a meretriz era o espelho que devolvia à elite sua própria perversão travestida de ordem.

Em sua obra, Rolnik (2019) entende o urbano como território de afetos e disputas simbólicas. Em Manaus, o controle dos corpos femininos marginalizados não era apenas prática sanitária, mas ritual de poder. A presença das prostitutas desestabilizava o ideal de cidade higienizada e disciplinada. O medo da contaminação, tanto física quanto moral, legitimava o afastamento desses corpos do centro, criando uma geografia da vergonha, a cidade, nesse sentido, era também um corpo que se autocensurava.

Ainda mais, Velho (1980) propõe que o espaço urbano revela os códigos morais de uma sociedade que busca controlar o imprevisto. A moralidade manauara, ao tentar domesticar o desejo, produzia novos espaços de resistência simbólica. As mulheres da noite, invisíveis nos registros oficiais, reivindicavam uma presença que a história tentou apagar. O silêncio imposto pela moral não apagou suas existências, mas multiplicou suas sombras nos becos e avenidas.

A hipocrisia social que atravessava a Belle Époque amazônica transformou a cidade em uma cena teatral onde todos representavam papéis prescritos, onde, os códigos de civilidade e decência tornaram-se roteiros de uma performance coletiva. A elite, ao denunciar o vício, alimentava o mesmo mercado que o sustentava. Assim, a prostituição tornava-se um espelho moral invertido da modernidade, refletindo o desejo reprimido de uma sociedade que fingia pureza para disfarçar suas transgressões.

Por conseguinte, compreender a moralidade da Belle Époque manauara exige ultrapassar o discurso da ordem e enxergar a cidade como texto ambíguo, escrito por mãos desiguais. A próxima seção aprofundará esse paradoxo, analisando as formas de visibilidade e controle dos corpos femininos através da imprensa, da medicina e da polícia, explorando o modo como a moral urbana transformou o prazer em delito e o desejo em doença, num cenário de silêncios, punições e resistências.

As “damas da noite”: representações, exclusões e resistências femininas

O corpo feminino na Manaus da Belle Époque era mais do que presença física: era superfície simbólica onde o discurso da civilização inscrevia suas contradições. As meretrizes emergiam como personagens de uma cidade que se queria moderna, mas reproduzia antigas hierarquias. Lira (2014) observa que essas mulheres eram simultaneamente visíveis e invisíveis, toleradas e condenadas, projetadas nas páginas da imprensa como ameaça moral e fascínio urbano, essa pesquisa destaca que, entre o luxo e o estigma, a cidade fabricava sua própria moral.

A narrativa burguesa, ao tentar purificar a urbe, fez da prostituta um espelho perturbador de suas próprias transgressões, em seu artigo, Santos Júnior (2019) identifica que a prostituição do baixo meretrício constituía o avesso da modernidade tropical, revelando o subterrâneo da “Paris dos Trópicos” (grifo nosso). Em vez de corpos degradados, encontravam-se corpos resistentes, portadores de sociabilidades que desafiavam o controle masculino, nesse cenário, a rua, o quarto e o porto tornavam-se territórios de uma autonomia improvável.

De acordo com Soares (2021), a moral dominante impôs às mulheres um duplo fardo: o de serem objetos do desejo e, ao mesmo tempo, símbolos da desordem. O olhar médico e policial transformava o prazer em patologia, o afeto em delito. Nesse processo, a prostituição era transfigurada em marcador social da degeneração urbana. Entretanto, sob o véu da repressão, construía-se também uma cultura subterrânea de pertencimento e solidariedade.

Essa ambiguidade, como ressalta Menezes (2020), alimentou o imaginário historiográfico que romantizou as “francesinhas” e apagou as caboclas e ribeirinhas que povoaram os becos da cidade, nesse contexto, o mito da cortesã europeia serviu para encobrir o rosto mestiço da prostituição amazônica. Assim, o corpo branco foi exaltado como símbolo de refinamento, enquanto o corpo indígena e afrodescendente foi condenado ao silêncio, nesse contexto, o erotismo colonial persistia travestido de civilidade.

Nesse mesmo sentido, Rago (1991) revela que a prostituição, nas cidades modernas, se tornou um campo de disputas simbólicas entre o prazer e a disciplina. Em Manaus, o comércio do sexo funcionava como extensão do capitalismo urbano, transformando o corpo em mercadoria e espetáculo. As meretrizes, contudo, não se limitavam à passividade imposta: suas práticas sociais desestabilizavam os códigos da moral pública e redefiniam o que significava viver à margem.

1679

Ao refletir sobre tais dinâmicas, Largman (2007) destaca que a prostituição é um fenômeno cultural, inscrito na tensão entre o desejo e o interdito. A modernidade manauara, ao proclamar-se moralizadora, precisava de um “outro” para legitimar sua própria pureza. O corpo da prostituta tornava-se o lugar de inscrição dessa exclusão simbólica, um corpo-vitrine sobre o qual se projetavam as ansiedades de uma elite em busca de distinção.

Whyte (2005) sugere que o espaço urbano é também um campo de negociação, onde sujeitos marginalizados constroem zonas de sociabilidade e resistência. As prostitutas de Manaus, descritas por Lira (2014), reconfiguravam ruas e cortiços como territórios de sobrevivência, desafiando a lógica do isolamento. A vida noturna da cidade, impregnada de música e medo, articulava-se como cartografia moral da exclusão, revelando que a cidade também era feita de vozes silenciadas.

De igual modo, Raffestin (1993) entende o território como expressão de poder e, simultaneamente, de resistência. No contexto amazônico, o corpo feminino marginalizado transformava-se em mapa vivo das relações de dominação. As meretrizes, submetidas à vigilância policial e às práticas médicas de controle, reinventavam espaços para existir fora das

normas. A prostituição, assim, ultrapassava o limite do vício para se afirmar como linguagem política do desejo.

Ainda que condenadas, essas mulheres deixaram rastros de humanidade nas páginas esquecidas dos jornais e nos arquivos policiais. Lira (2014) identifica nelas gestos de resistência cotidiana - pequenas insubmissões que negavam o apagamento imposto pela moral urbana. Entre a dor e o desejo, sua presença desvelava a falência da utopia civilizatória. A cidade que pretendia ordenar o corpo feminino terminava revelando sua própria desordem simbólica.

Dessa maneira, compreender as “damas da noite” é compreender também a cidade que as criou e as repudiou. As representações, exclusões e resistências que moldaram suas trajetórias anunciam uma história de luta pelo direito de existir na margem. A próxima seção, portanto, examinará os mecanismos de vigilância e punição que consolidaram a prostituição como questão de saúde e de polícia, analisando o discurso médico e o controle institucional que fizeram do corpo feminino um território de intervenção moral.

Memória, ruína e permanência simbólica: o eco das margens no presente

A cidade de Manaus carrega, sob suas camadas arquitetônicas e morais, a memória inquieta de uma modernidade inconclusa. As ruínas da Belle Époque não apenas testemunham o tempo, mas expõem as feridas de um projeto civilizatório que excluiu enquanto edificava. Nos escombros, ecoam as vozes das mulheres que habitaram o avesso do luxo e foram silenciadas pela história oficial, as paredes que resistem contam mais do que o mármore que se preservou.

1680

A permanência simbólica dessas vozes desafia a lógica do esquecimento, revelando a cidade como um corpo em disputa, quando o Hotel Cassina é revisitado, não se trata apenas de um edifício degradado, mas de um arquivo vivo que resiste à amnésia urbana. Conforme Silva (2025), o espaço materializa o embate entre memória e poder, entre o que se conserva e o que se quer apagar, a ruína, portanto, é um testemunho incômodo do que a moral burguesa tentou sepultar.

A apropriação patrimonial desse passado carrega, contudo, ambivalências éticas e políticas, a cidade que antes marginalizou as “damas da noite” agora tenta convertê-las em símbolo turístico, reconciliando o inominável através da estética. Segundo Silva et al. (2025), essa institucionalização da memória reconfigura o esquecimento como forma de controle, nesse

contexto, o gesto de preservar, quando destituído de crítica, pode transformar resistência em espetáculo.

As margens, por sua vez, continuam a tensionar o imaginário da civilização tropical, o que antes era o território da vergonha converte-se em espaço de reivindicação simbólica. As antigas zonas do meretrício, mesmo sem nome, permanecem gravadas na topografia afetiva de Manaus. Para Santos Júnior (2019), as exclusões da Belle Époque se perpetuam nas geografias da pobreza contemporânea, onde o discurso da moralidade ainda regula quem pode ser visto e ouvido.

A leitura das transformações econômicas e culturais revela a persistência de uma estrutura de poder que sobrevive ao tempo, em sua obra, Silva (2011) destaca que o modelo de desenvolvimento amazônico manteve, em diferentes formas, o mesmo regime de desigualdade que sustentou a cidade da borracha. A modernização industrial apenas deslocou as margens sem dissolvê-las, nesse cenário, as ruínas do centro e as periferias atuais da cidade de Manaus compartilham o mesmo destino histórico.

Reconhecer essas continuidades implica olhar para a cidade de Manaus como texto e corpo, nessa linha de pensamento, Freire (1994) compreende que as memórias populares são práticas de resistência, capazes de subverter o silêncio imposto pelas elites. A recordação das prostitutas de Manaus é também pedagogia social: ensina que o esquecimento é instrumento de poder. Cada lembrança recontada reabre feridas, mas também resgata a humanidade que os discursos morais tentaram interditar.

1681

O território urbano, como lembra Santos (2008), é espaço de coexistência entre tempos, onde o passado permanece ativo nas rugosidades do presente. Nesse contexto, a cidade de Manaus, ao ser reconfigurada por novas formas de consumo e desigualdade, mantém em suas entranhas a geografia moral da Belle Époque. O corpo feminino, antes vigiado, torna-se agora emblema das contradições de uma modernidade que ainda não aprendeu a incluir, sendo assim, a cidade vive de suas cicatrizes.

A partir dessa perspectiva, o espaço marginalizado converte-se em território de poder simbólico, em sua escrita, Haesbaert (2004) argumenta que a multiterritorialidade é expressão da resistência dos sujeitos que se recusam a desaparecer. Nos becos e vielas, da cidade de Manaus, ainda ecoam as vozes das mulheres que criaram outras formas de existir. Suas presenças, mesmo apagadas dos mapas oficiais, sobrevivem como rastros de uma memória insurgente que desafia o discurso da ordem.

A ruína, nesse sentido, não é fim, mas início de uma leitura mais profunda sobre a cidade e o corpo, onde, o gesto de recordar é também o de confrontar a hipocrisia herdada da Belle Époque. Seguindo essa linha de pensamento, Silva et al. (2025) observam que as práticas artísticas e acadêmicas contemporâneas reabrem esse debate, deslocando o olhar moral para uma ética da escuta. Nas fissuras do esquecimento da cidade de Manaus no século XXI, a história reencontra a possibilidade do humano.

Ao responder ao questionamento proposto, compreende-se que as “damas da noite” refletem nos espelhos da moralidade burguesa as contradições de uma cidade partida entre o desejo de ser moderna e o medo de sua própria verdade. A cidade de Manaus projetou-se como vitrine civilizada, mas manteve as bases patriarcais que a sustentaram. As ambiguidades e exclusões persistem, agora sob novas formas, e revelam que a modernidade tropical jamais se libertou das sombras que a fundaram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre a prostituição e a moralidade urbana em Manaus revela uma cidade construída sobre contradições que resistem ao tempo. As “damas da noite”, longe de personagens marginais, emergem como agentes de uma história que a modernidade tentou esconder. A pesquisa confirma que a hipocrisia social da Belle Époque ultrapassou o século, moldando práticas e imaginários ainda perceptíveis na vida urbana. As ruínas, ao invés de silêncio, tornaram-se linguagem da memória.

As evidências analisadas demonstram que as hierarquias morais e espaciais da modernidade tropical continuam a estruturar o modo como o feminino é percebido e disciplinado. A cidade, enquanto corpo simbólico, preserva em sua forma a dualidade entre civilização e exclusão. As hipóteses de continuidade das estruturas patriarcais e de reconfiguração das exclusões foram confirmadas, evidenciando que o espaço urbano segue como palco de poder e resistência.

A leitura crítica da memória urbana permite compreender que a moralidade burguesa não desapareceu, apenas mudou de forma. As estratégias de controle e higienização ganharam novas linguagens, mas mantêm o mesmo sentido de exclusão. A cidade contemporânea repete, sob outras estéticas, os gestos de silenciamento que marcaram o passado. Esse reconhecimento não implica nostalgia, mas urgência ética de revisitar o que foi esquecido.

Os resultados obtidos indicam que as narrativas das prostitutas, ao sobreviverem nas margens da história, questionam as bases do discurso civilizatório e ampliam o entendimento do urbano como espaço de disputa simbólica. A história cultural amazônica, ao acolher essas vozes, revela que a resistência é forma de permanência. A cidade, quando escutada a partir de suas ruínas, restitui humanidade às vidas convertidas em sombra pela moral dominante.

A contribuição desta investigação está em reconhecer o valor político da memória e do corpo como fontes de compreensão histórica. O estudo amplia o campo da história urbana ao propor o olhar sobre o subsolo moral da modernidade, onde se entrelaçam desejo, controle e exclusão. A dimensão simbólica das ruínas e dos espaços esquecidos oferece novas vias para repensar o urbano como território de afetos e contradições.

Por fim, o tema convida a novas abordagens que aprofundem as relações entre cidade, gênero e poder, explorando como a memória das margens resiste ao tempo e às tentativas de apagamento. O desafio futuro é continuar escutando as vozes que ainda ecoam nos becos e paredes da cidade, convertendo-as em fonte de leitura crítica sobre o presente. Afinal, nas sombras da história, ainda se revelam as luzes que o progresso insistiu em apagar.

REFERÊNCIAS

1683

AGUIAR, José Vicente de Souza. Manaus praça, colégio e cinema anos 50 e 60. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 2002.

BRAGAS, Genesino. Chão e Graça de Manaus. Manaus: Ed. Fundação Cultural do Amazonas, 1975.

CASTELLS, Manuel. *The Urban Question: A Marxist Approach*. London: Edward Arnold, 1977.

CORREIA, Luiz Miranda. O Nascimento de uma Cidade. (Manaus, 1890 a 1900). Manaus: Edições Governo do Estado do Am. 1966.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Barés, Manãos e Tarumãs. Amazônia em cadernos, vol. 2/3. Manaus: EDUA, 1994.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. 25. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

LARGMAN, Esther. Jovens polacas: Da miséria na Europa à prostituição no Brasil. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 2007.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.

LIRA, Bárbara Rebeka Gomes de. A difícil vida fácil: o mundo da prostituição e suas representações na cidade de Manaus (1890-1925). 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

MENEZES, Cláudia Ferreira de. Das “polacas” e “francesinhas” às “regateiras” e decantadas: crítica ao imaginário e à historiografia da prostituição da Manaus da Borracha. *Revista Latino-Americana de História*, São Leopoldo, v. 9, n. 17, p. 84-103, 2020.

PÉRES, Jefferson. Evocações de Manaus como eu vi ou sonhei. Manaus: Valer, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma Outra Cidade: o Mundo dos Excluídos o Final do Século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A Cidade Sobre os Ombros: Trabalho e Conflito no Porto de Manaus (1899 – 1925). Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

RAGO, Margaret. Os Prazeres da Noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890 – 1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ROLNIK, Raquel. Territórios em Conflito: São Paulo, Espaço, História e Política. São Paulo: Três Estrelas, 2019.

SANTOS, Francisco Vieira dos. Sexualidade e civilização nos trópicos: gênero, medicina e moral na Belle Époque manauara (1895-1915). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 317-335, 2020.

1684

SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. Pobreza e prostituição na Belle Époque manauara (1890-1917). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, Rio Grande, v. 11, n. 21, p. 181-199, 2019.

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVA, Clodoaldo Matias da. Do cabaré à inovação: memória, ruína e ressignificação do Hotel Cassina em Manaus. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S. l.], v. 11, n. 9, p. 4009-4024, 2025.

SILVA, Clodoaldo Matias da; COSTA, Aretusa Fraga; OLIVEIRA, Maria das Graças Maciel de; ALMEIDA, Janderson Gustavo Soares de. Entre saberes ancestrais e vozes femininas: diálogos interétnicos e resistências da AMISM na Manaus urbana. *Revista Taka’a*, Barra do Bugres (MT), v. 3, e2025006, 2025.

SILVA, José Lopes. Amazonas: do extrativismo à industrialização. Manaus: Editora Valer. 2011.

SOARES, Amanda de Almeida. Glamour e agonia na prostituição da Manaus da Borracha. Revista Eletrônica do Arquivo Público do Amazonas, Manaus, v. 4, n. 2, p. 45-61, 2021.

VELHO, Gilberto. Antropologia Urbana: Cultura e Sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

WHYTE, William Foote. Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro, RJ: J. ZAHAR, 2005.